

# *A filosofia da História de R. G. Collingwood: duas contribuições*<sup>1\*</sup>

CRISTIANO ALENCAR ARRAIS<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Goiás

**Resumo:** Neste artigo procuro analisar a filosofia da história de R. G. Collingwood. Para tanto, divide-se em três momentos. Primeiro, um balanço geral das idéias deste autor e de suas principais características enquanto filósofo. Depois, examino o controverso conceito de *re-enactment* à luz de seus principais intérpretes e dos manuscritos publicados nos últimos anos. Por último, a título de conclusão, indico duas possíveis contribuições da filosofia da história collingwoodiana para o pensamento histórico atual: seu conceito de imaginação histórica - cuja tarefa é tornar o passado um objeto acessível ao pensamento por meio de um modelo construtivo de interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas - e de autonomia do historiador – o resultado da crítica ao conceito de documento e de historiografia, transformadas em provas e não em autoridades. Este dois conceitos estão, segundo julgo, na raiz da “revolução copernicana” que eleva a história ao *status* de disciplina científica.

**Palavras-chave:** Robin. G. Collingwood; Filosofia da história; Imaginação Histórica.

**Abstract:** In this paper I analyze the philosophy of history of R. G. Collingwood. To this, divided it into three stages. First, a general explanation about the ideas of author and its main characteristics as a philosopher. Then, I examine the controversial concept or *re-enactment* in light of his interpreters and manuscripts published in recent years. Finally, in conclusion, I indicate two possible contributions to the collingwoodian philosophy of history to the current historical thought: his concept of historical imagination - whose job is to make the past accessible to an object thought through a constructive model interpolation between the statements made by

---

\* Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2010 e aprovado para publicação em março de 2010.

other sources, less the same - and autonomy of the historian - the result of criticism of the concept document and historiography, transformed into evidence, not authority. The two concepts are, I believe, the root of the “Copernican revolution” which brings the history to the *status* of a scientific discipline.

**Key-words:** Robin. G. Collingwood; Philosophy of History; Historical Imagination.

**I**ncio este artigo com uma constatação: a obra e as contribuições de R. G. Collingwood para as investigações no campo da Teoria da História são pouco conhecidas no Brasil. O que pode ser comprovado pela discreta e parcimoniosa recepção que a Filosofia da História collingwoodiana – assim como boa parte da historiografia britânica, à exceção do pensamento marxista – possui em nosso país. Geralmente, o conhecimento da obra deste professor de Oxford reduz-se ao seu trabalho póstumo e fragmentário, *The idea of history* (1946), que foi revisado e editado por um discípulo, alguns anos após sua morte. E mesmo assim, sua atenção volta-se mais para o desenvolvimento da idéia de história, desde a historiografia clássica até o século XIX, do que necessariamente para sua proposta filosófica.<sup>2</sup>

Parte desse desconhecimento, entretanto, deve-se ao próprio temperamento pouco comedido de Collingwood. Sua reputação era a de ser um lobo solitário entre os filósofos de Oxford, principalmente no período imediatamente anterior à deflagração da Segunda Guerra Mundial (Collingwood, 2002). Seus ataques diretos à política de conciliação adotada pelo Governo britânico frente ao fortalecimento da Alemanha nazista e o agravamento de seu estado de saúde ao final da década de 1930 apenas reforçaram sua predisposição ao isolamento intelectual.

Esse relativo desconhecimento no Brasil, entretanto, não encontra eco no panorama intelectual de língua inglesa. Nas décadas seguintes à sua morte, a obra de Collingwood foi constantemente visitada por autores como P. Gardiner, (1961), L. Mink (1969), A. Donagan (1962) e W. G. Walsh (1978). W. B. Gallie (1968), por exemplo, posiciona este autor entre as maiores contribuições para a filosofia crítica da história, até o seu tempo, ao lado de Cournot, Dilthey e Rickert. W. Dray (1994, p. 82) afirma que

qualquer pessoa familiarizada com os rumos que a filosofia analítica da história tomou nas últimas quatro décadas terá uma surpresa com o alcance da obra não publicada de Collingwood que (...) antecipa não somente os interesses mas em alguns casos até mesmo a linguagem daqueles autores que trabalharam com essa tradição (...). Ainda mais impressionante é a intensidade com que Collingwood antecipa aqui os argumentos e modos de análise de muitos daqueles que tomaram parte na assim chamada controversia sobre a “coverin law model”, no interior do debate sobre a natureza da explicação histórica (como por exemplo, Hempel, Donagan, Mink) (Dray, 1994, p. 82).

Enquanto Ankersmit (2007), em seu posfácio à *Analytical philosophy of history*, reconhece na influência do intencionalismo collingwoodiano – uma das mais importantes idéias que dominaram a Filosofia da História anglo-saxá entre as décadas de 1950 e 1970 – uma possível justificativa para a parcimoniosa recepção da obra de Arthur Danto no cenário acadêmico. Além disso, nos últimos anos, com a descoberta de uma grande quantidade de manuscritos não publicados, que caracterizariam o projeto filosófico collingwoodiano de constituição de um mapa do conhecimento humano, o interesse por sua obra parece ter ganho um novo fôlego.<sup>3</sup>

Morte prematura, obra fragmentada, em parte desconhecida, aleatoriamente editada e não revisada: estes aspectos fazem com que a Filosofia da História de Collingwood deva ser tratada com algumas reservas. É esse um aspecto que chama a atenção, por exemplo, em *The idea of history*. Até a data de sua morte, Collingwood havia conseguido revisar apenas a primeira parte da obra, referente à Introdução e à Primeira Parte (Historiografia Greco-Romana). Quanto ao restante do livro – em que pese a impossibilidade de revisão por parte do autor, cuja saúde fragilizara-se após ter contraído varicela –, apesar de repleto de *insights* importantes, encontra sérias dificuldades interpretativas, como na análise de autores como Herder (uma espécie de cadinho intelectual das teorias raciais que dominaram a primeira metade

do século XX), Marx (uma filosofia que sujeitou a história ao domínio das Ciências da Natureza) e Dilthey (proximidade com os princípios do naturalismo, reduzindo a vida espiritual aos seus aspectos fisiológicos). De outra ordem são as questões que surgem com a leitura das conferências publicadas neste livro, sob a alcunha de Epilegômenos. Apesar de conter alguns dos mais importantes artigos de Collingwood, sua edição acabou por reunir textos de períodos diversos e pouco produtivos em termos de apresentação geral das idéias do autor. Além disso, o vocabulário utilizado por Collingwood, apesar de sofisticado, gera confusões e mal-entendidos. Apenas com um olhar sobremaneira compreensivo, suas categorias podem ser retomadas em dias atuais, principalmente em virtude do refinamento do instrumental teórico no que se refere a conceitos como interpretação, explicação, narrativa histórica e ciência histórica. Por último, há que se lembrar de seus estudos arqueológicos, importantes tanto para sua formação como historiador quanto para o avanço do conhecimento histórico de sua época. Neste caso, apesar de ter sido considerado, na década de 1930, como o maior especialista em Arqueologia e Roma-britânica, atualmente, seus estudos possuem pouca validade empírica.

Apesar de transitar por uma série de temas, tais como Filosofia, religião, Antropologia, cosmologia e estética, o principal campo de atuação de Collingwood era a Arqueologia da Grã-Bretanha no período de ocupação romana – por meio do qual era mais conhecido em sua época – e Filosofia da História. E foi justamente procurando associar esses dois campos de interesse que Collingwood desenvolveu o método de trabalho que, posteriormente, daria origem à sua idéia de re-constituição da experiência passada, aplicada, naquele momento, às discussões filosóficas tratadas em *Speculum Mentis*:

Achei essa não apenas uma deliciosa tarefa, mas um magnífico exercício, para acompanhar os trabalhos dos filósofos contemporâneos cuja visão difere muito da minha própria, (...) para reconstruir os seus problemas na minha mente, e para estudar, muitas vezes com animada admiração, a maneira com que eles tinham tentado resolvê-los. (...) Esta forma de tratar o pensamento de outras pessoas, embora formalmente dedutível de minha

‘lógica de pergunta e resposta’, tinha se tornado um hábito muito antes de eu começar a trabalhar com ela. Pensar dessa maneira sobre os filósofos e não por mim mesmo, como eu havia intuído, é pensar sobre eles historicamente (Collingwood, 2002, p. 57-58).

É importante notar, nessa “precedência experimental” do método que seria desenvolvido anos mais tarde, dois elementos. Primeiro, sua associação com a concepção de que a Filosofia é uma reflexão em segundo nível, ou seja, um pensamento sobre o próprio pensamento, como mais tarde confirmaria sua definição sobre o significado do termo Filosofia da História (Collingwood, 2005, p. 3). Em segundo lugar, em oposição às generalizações pouco felizes a que foi submetido esse filósofo, reunidas sob a alcunha de idealista, faço notar a filiação baconiana deste método, na medida em que o autor indica a necessidade da realização, por parte do historiador, de uma tarefa semelhante à do cientista, qual seja, decidir o que pretende saber, formulando essa pretensão na forma de uma pergunta e descobrir os meios de obrigar a natureza a responder às mesmas (Collingwood, 2005, p. 269). Donagan (1962) vê nessa associação uma tentativa frustrada de aproximação dos métodos da Ciências da Natureza com os métodos da História. Opinião esta que aproximaria Collingwood das concepções realistas com as quais flertou em seus anos de formação (em especial, J. C. Wilson e G. E. Moore). Essa é uma afirmação um tanto exagerada, mas que possui sua *raison d'être*, na medida em que, como afirma Dussen (1981), a partir do final dos anos 1920 observa-se uma mudança na concepção collingwoodiana acerca do significado do conhecimento histórico, fruto de suas experiências no campo da arqueologia e de sua leitura crítica da Escola de Green e em especial, F. H. Bradley. Além disso, o próprio método apresentado foi construído, segundo suas observações, em decorrência da sua insatisfação com o caráter intuicionista e pouco metódico da tendência realista de sua época (Collingwood, 2002, p. 25). Dessa experiência é que o autor derivará seu projeto de garantir a autonomia da História frente aos outros campos do conhecimento, como exporei mais adiante. É também a partir desse filtro que o autor realizará sua leitura da tradição idealista continental e da tradição neo-kantiana alemã, em especial

da obra de Dilthey, que marcará sua proposta de re-constituição da experiência passada, que passo a analisar a seguir.

### ***Re-enactment: re-constituição, re-construção, re-pensar o pensamento***

O ponto mais delicado da Filosofia da História collingwoodiana é sua afirmação de que toda a história é história do pensamento. Ele escreve: “História não significa saber que eventos se seguiram a quê. Significa transportar-se para o interior da mente das outras pessoas, observando, nessa situação, por meio dos seus olhos, e pensar por si mesmo se a forma que a mesma foi abordada era o caminho certo” (Collingwood, 2002, p. 57-58). A citação anterior é apenas uma das formas por meio das quais Collingwood enuncia seu polêmico conceito, apontando, porém, dois elementos importantes: a concepção de História como algo que vai além da mera reunião de eventos e a necessidade de uma perspectiva crítica.

Mesmo em outras passagens a ambiguidade persiste. Por vezes o autor refere-se à reatualização e em outras reconstituição ou reconstrução. Tal confusão reforça a imprecisão de utilização desse termo e, conseqüentemente, de interpretação na obra collingwoodiana. Foi o que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, na medida em que foi associado a uma espécie de psicologismo transcendente. Esse tipo de interpretação, entretanto, derivada de um reductionismo literal do arcabouço conceitual utilizado por Collingwood, caso estivessem corretas, negariam qualquer relação com as principais influências do próprio autor, tais como Vico e Croce, e, ao mesmo tempo, sua clara tendência neo-kantiana, oriunda de sua admiração por Dilthey. Face a isso, é preciso, inicialmente se opor e rejeitar essa perspectiva, por meio da consideração que o próprio autor faz a este respeito:

Jamais saberemos qual o cheiro das flores do jardim de Epicuro, ou como Nietzsche sentia o vento em seu cabelo, enquanto caminhava pelas montanhas. Não podemos reviver o triunfo de Arquimedes ou a amargura de Mário, mas as provas do que estes homens pensavam estão em nossas mãos, e ao recriar estes pensamentos em nossas próprias mentes por meio da interpretação dessas provas,

conseguimos saber que, na medida em que existe conhecimento, que os pensamentos que nós criamos eram deles (Collingwood, 2005, p. 296).

Em *The principles of history* Collingwood explicitou a dificuldade em se trabalhar com o termo “pensamento”. Num dos trechos deste manuscrito, o autor declara sua opção por derivar sua definição do grego *νόησις* [ato de pensar] *νόημα* [coisa pensada]. É completa: “história não significa re-pensar o que tinha sido pensado antes, mas pensar por si mesmo como re-pensá-lo. O estudante de matemática é um historiador da matemática na medida em que ele pensa: eu estou aqui pensando o que Pitágoras pensou antes de mim” (Collingwood, 1999, p. 223). Procedimento reconstrutivo (fruto de sua ascendência historicista) e autocrítico (o primado da razão prática iluminista kantiana) são, portanto, os dois eixos a partir dos quais o conceito de *re-enactment* deve ser compreendido.

Ocorre porém, que somente a partir de 1928 tal noção começa a ser claramente expressa. É também neste período que a própria concepção acerca da natureza do conhecimento histórico sofre substanciais modificações. Assim, se por exemplo, em suas *Lectures on the Philosophy of history* de 1926 (que na verdade inauguram suas reflexões no campo da Filosofia da História), a história era definida como o estudo dos acontecimentos passados (Donagan, 1962), a partir de 1928, em *Outlines of a Philosophy of history*, o objeto dos estudos históricos é agora restringido apenas para o campo dos assuntos humanos. Essa mesma definição será seguida ao longo de toda a década de 1930, e desenvolvida em alguns de seus principais textos, marcando um redirecionamento fundamental nas reflexões de Collingwood e fornecendo a base a partir da qual sua noção de *re-enactment* poderá desenvolver-se.<sup>4</sup> Isso porque, ao invés de procurar aproximar a história enquanto disciplina científica do campo das ciências da natureza, o autor faz o caminho inverso, por meio da conclusão de que:

a ciência natural, como uma forma de pensamento, existe e existiu sempre em um contexto histórico e depende para sua existência do pensamento histórico. A partir dis-

so, me aventuro a inferir que ninguém poderá compreender a ciência natural a não que compreenda a História: e que ninguém poderá responder à pergunta sobre o que é a natureza a não ser que saiba o que é a história (Collingwood, 2006, p. 243).

O conhecimento da natureza seria, neste sentido, conforme conclui em *The idea of nature*, dependente de outra forma de pensamento, qual seja, a História. Essa mesma associação é reforçada nas considerações que tece sobre a natureza dos eventos estudados pelo historiador, tomando agora como referência a idéia de que os mesmos caracterizam-se por possuir uma identidade interna e externa. Ou seja, ao contrário das Ciências da Natureza, as ações com as quais o historiador se ocupa não são meros eventos, mas pensamentos expressos em atos, sem que isso signifique a redução de um ao outro. “Pensamento em ação”, segundo Walsh (1978) e não a mera especulação abstrata. O pensamento seria, assim, algo que está para além de um fluxo contínuo de consciência ou uma sucessão de estados imediatos que possuem uma limitação temporal. Nesse sentido, dizer que um pensamento existe apenas no interior de seu contexto é reduzir a existência de um pensamento à sua experiência imediata. O pensamento é uma atividade que está fora dessa corrente imediata da consciência, que é capaz de apreender sua estrutura geral e garantir aos indivíduos a apreensão das experiências humanas individuais e coletivas: “Só se pode conhecer a atividade mental de outra pessoa a partir da suposição de que essa atividade pode ser reconstituída em sua própria mente” (Collingwood, 2005, p. 288). Negar isso significa negar a possibilidade de conhecer qualquer evento, esteja ele ocorrendo ou não no passado, ou seja, é admitir que o único pensamento existente é o seu próprio.

Os trabalhos de Collingwood sobre filosofia da arte também nos auxiliam a esclarecer um pouco mais essa definição. Em *The principles of art*, Collingwood faz uma importante distinção entre a atividade imaginativa do artista e sua manifestação externa.

A música, a obra de arte, não é uma coleção de ruídos, mas sim a melodia na cabeça do compositor. Os ruídos produzidos pelos executantes e ouvidos pela audiência



não são em absoluto a música; são apenas meios pelos quais os ouvintes, se ouvirem inteligentemente (...) podem reconstruir para si mesmos a melodia imaginária que existiu na cabeça do compositor (*apud* Ridley, 2001, p. 30)

A proximidade com os fundamentos da noção de *re-enactement* é evidente na medida em que, conforme a opinião expressa, é preciso um esforço imaginativo (neste caso específico, do auditório) capaz de extrair algo que está além do mero conjunto de ruídos. E completa:

Quando alguém lê e entende um poema, ele não está simplesmente entendendo a expressão do poeta de suas próprias emoções, isto é, das emoções do poeta; o que o ouvinte esta expressando são suas próprias emoções, pelas palavras do poeta, que assim se tornaram suas próprias palavras. Como afirma Coleridge, sabemos que um homem é um poeta pelo fato de que ele nos faz poetas (*apud*. Ridley, 2001, p. 53).

O resultado desse esforço imaginativo é a ampliação da capacidade compreensiva do observador que ultrapassa, assim, a mera apreciação instrumental: ele re-constrói, em sua própria mente, o processo por meio do qual o artista levou a termo sua obra.

Uma importante observação feita pelos críticos da obra de Collingwood é que sua teoria apenas seria válida para ações que são intencionais ou racionalmente planejadas (o ato de re-pensar em sua própria mente só poderia ser executado no interior de ações planejadas, e de maneira intencional) – uma ênfase confirmada pelos exemplos trabalhados em *The idea of history* (o Código de Teodósio, a geometria euclidiana e a filosofia de Platão). Além disso, segundo Donagan (1962), o individualismo metodológico collingwoodiano restringe a inteligibilidade dos eventos passados a ações praticadas por indivíduos sobre outros indivíduos. Seus exemplos tematizam este tipo de relação. A partir daí é que Collingwood generaliza suas considerações sobre a História como história do pensamento. Essa espécie de intencionalismo ignora outra

classe de eventos históricos que não podem ser considerados apenas como um problema de explicação em termos de ação – ou pensamento expresso por meio de ação – de indivíduos sobre indivíduos ou grupo de indivíduos.

É bem verdade que em seus manuscritos sobre folclore, Collingwood indica a possibilidade de se pensar *emoções racionais*, como nos casos dos sistemas totêmicos, em que certas emoções são cultivadas no interior de um sistema de regras e formas de controle socialmente articuladas (Arnau, 2006). Além disso, a arte pode também ser considerada como um tipo de expressão de emoções e mesmo a relação entre racionalidade e sentimento parece conter mais elementos que aqueles indicados em *The Idea of History*.

Collingwood ilustra sua posição com o exemplo da construção de uma fortaleza. A fortaleza, por si só, é um texto para ser lido, o início e não o fim de uma investigação histórica. Um oficial em um determinado local e hora decidiu dar início a construção de uma fortaleza para um determinado fim. Era apenas um acampamento? Um lugar para guardar provisões e transporte? Uma fortaleza contra o inimigo? Ou até mesmo uma forma de bloquear suprimentos para o inimigo. Seja ele qual for o que o historiador decida qual era seu propósito, ele está reivindicando um *insight* na mente da pessoa que ordenou sua construção. Podemos descobrir que um determinado tipo de perigo foi prevalente nessa área e que o forte foi concebido para proteger contra ele. Medo do perigo percebido necessariamente acompanhado da escolha racional para proteção contra ela. Este é um exemplo do que Collingwood chama de emoção essencial. Ela está necessariamente vinculada ao pensamento da pessoa que executa uma ação (Boucher, 1997, p. 325).

Exemplo similar é fornecido em *An autobiography* ao analisar a construção de muralhas romanas (Collingwood, 2002, p. 128-132). Daí porque a relação entre emoção e pensamento contém muita dubiedade na obra deste autor. Ele resume esta concepção na continuidade de uma de suas famosas afirmações:

toda a história é a história do pensamento. Isto inclui a história de emoções, desde que essas emoções estejam essencialmente relacionadas a pensamentos e questões e não de quaisquer emoções que possam ocorrer para acompanhá-los, tampouco no que diz respeito ao assunto de outros pensamentos que podem acompanhá-los (Collingwood, 1999, p. 61).

Em que pese estas considerações, possíveis apenas recentemente, graças à descobertas de manuscritos e cadernos de anotações, a falta de sistematicidade dessas reflexões impede uma leitura clara deste tema. Outro problema se impõe ao questionar como executar o tipo de exercício re-constutivo aqui aludido. Esta é, na verdade, a pergunta que a maioria dos críticos se concentra. Para Dray (1999), por exemplo, tal noção só pode ser completamente interpretada na medida em que a relacionamos com a leitura que Collingwood faz da noção de compreensão empática (*verstehen*). Walsh (1978) também percebeu essa possibilidade de leitura, apontando Dilthey como ponto de inflexão da leitura collingwoodiana da tradição hermenêutica. Inclusive com a utilização do termo “pensamento”, mesmo que o próprio Dilthey tenha preferido o termo vivência (*erlebnis*) para descrever a idéia da experiência humana em seu sentido mais amplo. Esta preferência indica, segundo Walsh, uma ênfase nas operações intelectuais executadas pelos indivíduos. O que o leva a considerar que, para a teoria collingwoodiana, somente os pensamentos seriam capazes de serem re-constituídos.<sup>5</sup>

Essa leitura e apropriação, amplamente confirmada não somente pelos textos de Collingwood, mas também por pensadores vinculados à própria tradição, reforça a tese de que “o princípio histórico da compreensão [em Collingwood] é de que o fluxo da realidade é um produto inteligível e não redutível a entidades fixas como o pensamento grego ou a leis fixas, como nas ciências modernas” (Dussen, *apud* Collingwood, 2005, p. xxxvi). Pensamento e compreensão podem então ser reunidos no interior de um mesmo procedimento, fundamentalmente ilativo. Nesse sentido, re-constituir o pensamento dos indivíduos do passado equivale a empreender uma descoberta pelo significado da ação. E isso só é possível por meio da visualização das alternativas possíveis e das razões que levaram o agente a agir da forma como agiu,

re-constituindo a experiência do mesmo. As condições para que esse tipo de história seja possível são duas: primeiro, que o pensamento seja expresso, seja naquilo que chamamos de linguagem ou “em uma das muitas formas de atividade expressiva”. Em segundo lugar, o historiador seja capaz de pensar “mais uma vez para si próprio o pensamento cuja expressão ele está a tentar interpretar” (Collingwood, 2002, p. 111).

O instrumento utilizado para essa aproximação pode ser encontrado, segundo julgo, na incorporação da noção de pensamento mediado<sup>6</sup> no horizonte conceitual collingwoodiano, identificando por tal, o procedimento de leitura, compreensão, acompanhamento das idéias dos indivíduos, expressas nas fontes e de reargumentação (Collingwood, 1981, p. 363-364). Em *The principles of history* Collingwood trabalhava com perspectiva semelhante ao considerar que o problema mais importante relacionado a uma fonte não é saber se ela é verdadeira ou falsa, mas descobrir o que ela significa. Além disso, em “A História como re-constituição da experiência passada”, desenvolverá plenamente este conceito no intuito de responder a uma pergunta de ordem gnosiológica: “Como, ou em que condições, pode o historiador conhecer o passado?”. Após reafirmar seu posicionamento clássico “o historiador tem de re-constituir o passado em sua própria mente” o autor identifica dois atos mentais que garantem a validade deste procedimento: primeiro, a identificação do ato de pensamento próprio do historiador, “o meu ato de conhecimento é este”, depois, a identificação do ato de pensamento do outro, “pela maneira como fala, percebo que o seu ato é este”. É por meio deste procedimento que o ato de pensamento re-constituído pelo historiador, pertencente a outra pessoa, passa a ser do historiador, “na medida em que o re-constituímos” (Collingwood, 1981, p. 351).

Encontra-se aqui, finalmente, uma última e decisiva característica do conceito collingwoodiano de re-constituição, que retoma a noção de pensamento mediado: a capacidade de reviver o pensamento dos indivíduos do passado não implica na perda de sua identidade e, ao mesmo tempo, não pode ser repetido no vácuo. Ele precisa ocorrer “sempre, num dado contexto, devendo ser o novo contexto precisamente tão adequado como o antigo”. Neste processo de re-constituição é necessário que o historiador esteja preparado com uma experiência suficientemente parecida com a da pessoa, “de

modo a tornar esses pensamentos orgânicos em relação à referida experiência" (Collingwood, 1981, p. 363) e, ao mesmo tempo, que pense em outras coisas capazes de auxiliar no julgamento que pretende re-constituir. Essa função mediadora do pensamento constitui, ao meu ver, a essência da concepção collingwoodiana de *re-enactment*, na medida em que torna inteligível, para o presente, os pensamentos dos indivíduos do passado. É completa:

A única maneira de saber se um argumento é válido, é experimentando-o, testando-o, para ver se ele realmente pode ser pensado. A insistência em que re-constituição deve ser crítica, assim, aponta para uma dimensão quasi-normativa da compreensão histórica. Compreender correctamente uma ação de um modo propriamente histórico é em certo sentido, percebê-lo como tendo sido tão adaptado às circunstâncias como o agente o viu (Collingwood, 1999, p. 55-56).

Isso porque, conforme Collingwood lembra, refletir historicamente exige uma justificação acerca das escolhas que o historiador faz em relação aos fatos que estuda, expondo tanto para si próprio como para os outros, os fundamentos em que se baseou. Exige, portanto, um pensamento crítico, capaz e disposto a reconstituir, para si "os pensamentos dos outros para verificar se foram pensados corretamente" (Collingwood, 1981, p. 310).

## Duas contribuições

Dadas as ponderações até agora indicadas, a título de conclusão, gostaria de indicar duas contribuições da Teoria da História de R. G. Collingwood para o pensamento histórico contemporâneo. A primeira delas diz respeito ao conceito de imaginação histórica.

O conceito de imaginação histórica está associado ao que Collingwood intitula "critério da verdade histórica", ou seja a idéia de que a história, sendo um tipo de conhecimento dedutivo daquilo que é transitório, não pode extrair certezas das fontes porque é a veracidade das afirmações da própria fonte

que está em questão: “[...] para o historiador não pode haver nunca fontes autorizadas, porque estas proferem um veredicto que só ele pode lançar” (Collingwood, 1981, p. 294). Por isso o historiador deve transcender aquilo que as fontes lhe dizem através de um modo construtivo (Belvedresi, 1997), procedendo a uma interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas. Essa interpolação é apriorística, ou seja, é uma construção a partir daquilo que é exigido pela evidência. Ela se constitui por meio de um processo imaginativo, utilizando para sua re-construção a relação entre dois processos. A elaboração da conexão interna entre os dois eventos (a posição de um navio, em alto-mar em  $E1t1$  e  $E2t2$ , por exemplo) caracteriza a imaginação *a priori*, da qual a imaginação histórica constitui um de seus desdobramentos especializados. É ela também que produz a continuidade própria da narrativa histórica. E justamente por isso se caracteriza por ter um papel “que não é propriamente ornamental, mas estrutural [...] é ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica” (Collingwood, 1981, p. 298).

O conceito de imaginação histórica também chamou a atenção de Louis Mink (1969), que percebeu no mesmo, caso aceito na prática historiadora, a legitimação das perspectivas de tipo subjetivistas e idiossincráticas, na medida em que, segundo seu juízo, destrói a distinção entre História e ficção. Essa associação tem certo fundamento: o próprio Collingwood indica o paralelismo com a obra do romancista no momento da narração dos eventos, da descrição de situações e da análise de personagens, além de sustentar a importância da imaginação livre, utilizada pelo artista, como uma das formas assumidas pela imaginação *a priori*. A divergência entre estes dois tipos de narrativa, porém, é divisado na medida em que o quadro que o historiador constrói objetiva a veracidade, associada a uma descrição que, ao mesmo tempo: 1. esteja situada temporal e espacialmente; 2. mantenha uma coerência interna e com o mundo histórico que está descrevendo; 3. estabeleça uma relação com as “provas” (Collingwood, 1981, p. 303). Além disso, ao contrário de um romancista, a narrativa produzida sob o controle da imaginação histórica não age partindo de uma simples questão de preferência particular em relação às fontes utilizadas, mas de uma preferência relacional, buscando estabelecer a coerência entre o mundo histórico constituído na mente do historiador e

os “fatos pressupostos”, oriundos do trabalho de crítica realizada pela imaginação histórica. Muito embora a resposta a essa possível aproximação entre os dois tipos de narrativa seja plenamente sustentável, na medida em que o conceito de imaginação histórica é aplicado em sua plenitude, duas correções devem ser lembradas. Por um lado, não se trata necessariamente de coerência interna (visto que a “coerência interna”, não é um dado, mas uma atividade re-constitutiva), mas de implicação mútua entre os ambientes que descreve. Além disso, a interpretação deve liberar este mundo histórico das confusões que resultam em considera-lo como uma quase-totalidade substancial, para concebe-la como aspectos de um recorte espaço-temporal, na medida em que este mundo histórico é concebido como uma idéia sem conteúdo descritivo, conforme reconheceu Gallie (1968, p. 58-59).<sup>7</sup>

Já Boucher reconheceu no conceito de imaginação histórica uma proximidade com a filosofia hermenêutica de Gadamer, na medida em que reconhece que o problema postulado pelos dois atores (“o que ocorre quando interrogamos um texto?”) possui respostas similar:

A resposta de Gadamer é que o nosso horizonte se funde com o do texto. Isso não é uma questão de método, mas sim uma condição ontológica. Pode-se ir adiante e afirmar que o modo como esses horizontes se fundem pode ser regulado através da adoção de um método. É o mesmo caso, penso eu, de Collingwood. Quando nos engajamos na interpretação histórica, quer queiramos ou não, nossa imaginação *a priori* entra em jogo. Essa é uma condição ontológica da compreensão. Mas a forma como ela entra em jogo é uma questão de método histórico, por isso o historiador deve justificar a sua leitura da prova, em outras palavras, o método histórico impõe à imaginação *a priori* do historiador condições para os quais a imaginação *a priori* de um romancista histórico não domina. A doutrina de Collingwood não é, portanto, radicalmente subjetivista, é um reconhecimento da responsabilidade pessoal na interpretação (Boucher, 1997, p. 316).

Certamente, o próprio Gadamer reconhece alguma proximidade entre seu pensamento e o método collingwoodiano de “perguntas e respostas” (Gadamer, 2002, p. 459-462), muito embora perceba as limitações de sua interpretação ao criticar as categorias utilizadas pelo autor de *The idea of History* para se aproximar do procedimento hermenêutico. Em função dessa primazia do historiador frente às provas, Belvedresi (1997) utiliza o termo “construcionismo histórico” para definir o método collingwoodiano. Isso porque, segundo aquela autora, para Collingwood, não existem eventos históricos independentemente da tarefa construtiva do historiador. Neste caso, a tese construtiva salienta o valor das provas e de sua interpretação, que sustentam a veracidade de uma narrativa histórica, não porque se adequa a um fato (ou seja, o descreva corretamente), mas porque “1. fornece uma interpretação coerente com as provas disponíveis, 2. toma em consideração a prova considerada relevante pela comunidade científica dos historiadores” (Belvedresi, 1997, p. 198). Assim, as provas históricas apenas se tornam o que são se o pensamento histórico assim o considerar, se ela for *criada*, não *descoberta*.

Conclui-se daí que um tipo de história construtiva só seria possível na medida em que, ao longo de todo o processo de produção do conhecimento (no ato de seleção, interpolação e crítica), a imaginação histórica fosse ativada. Nesse sentido, tanto os vestígios do passado quanto a historiografia deveriam assumir um mesmo *status*: de prova. Por prova, Collingwood concebe tudo aquilo que o historiador utiliza em sua reconstituição imaginativa, a partir do momento que lança uma questão sobre o passado. Daí porque o problema da imaginação histórica só pode ser plenamente executado na medida em que se reafirma a idéia da História como ciência autônoma, e o historiador como responsável por todas as informações que sustenta em seu trabalho. É que “a sua teia de construção imaginativa [...] não pode extrair sua validade do facto de estar [...] presa a certos factos. [...] Quer aceite quer rejeite, modifique ou reinterprete aquilo que lhe comunicam as chamadas autoridades, ele é que é responsável pelas afirmações que [...] faz” (Collingwood, 2005, p. 244). Esse método de inquirição está brilhantemente desenvolvido em um pequeno texto de *The idea of history*, intitulado “Quem matou John Doe”, em que compara o trabalho do historiador com o de um detetive que deseja desvendar um crime, por meio do método de investigação judiciária.



A segunda de suas contribuições está diretamente associada ao conceito de imaginação histórica, sendo, neste caso, uma consequência imediata da utilização deste conceito em toda a sua plenitude. Ela envolve a temática da responsabilidade pessoal do historiador no ato da interpretação – um aspecto apenas esboçado na conferência que leva o título de “Imaginação Histórica”, publicada em *The idea of History*. Mas nos manuscritos e notas encontradas e publicadas por J. V. Dussen e W. Dray sob o título de *The principles of history*, este tema é retomado na medida em que se coloca a questão acerca dos princípios que movem a seleção dos eventos a serem narrados pelo historiador. Tal escolha está relacionada à possibilidade de iluminação dos mesmos. Nesse sentido, os eventos escolhidos “são importantes, não intrinsecamente, mas em relação à linha que [o historiador] persegue em seu inquérito” (Collingwood, 1999, p. 229).

Esse tipo de seleção e condução da pesquisa possui relação com modelo reconstrutivo associado à História. De um lado, então, teríamos um tipo de probabilidade trabalhada nas Ciências da Natureza, ou seja, aquela que implica na possibilidade de verificar a validade de determinadas premissas, ou seja, uma demonstração de que “certa predição é ‘a melhor possível’, à luz da definição” e considerando “todas as hipóteses possíveis acerca da regularidade que a seqüência exhibe” (Putnam, 1975, p. 148). De outro, teríamos a probabilidade histórica, associada ao domínio da ética: “Pensar em algo como provável não é produzir um julgamento ou afirmar uma proposição sobre ela, mas assumir uma atitude prática para com ele – uma atitude que consiste essencialmente na intenção de *non liquet* como se fosse sim” (Collingwood, 1999, p. 232).

A direção é dada pela oportunidade que temos de lançar luz sobre o problema que ocupa nossas mentes. Se importante significa o que é importante para nós, como historiadores, porque lança luz sobre nossos problemas, e se seleção significa perseguir certa linha de inquérito, certamente é verdade que o historiador, na medida em que ele é bom historiador, seleciona o que é importante, isto é, persegue uma linha de inquirição que ele julga mais provável para resolver os problemas que estão em sua mente (Collingwood, 1999, p. 230-231).

Como fica evidente na citação acima, o modelo reconstrutivo do historiador obedece a um imperativo necessariamente individual. Ao assumir esse tipo de conduta (necessária para a formulação de juízos relacionais que orientam a prática historiadora) o conceito de autonomia ganha relevo. Por autonomia, Collingwood pretende enfatizar a condição existencial para a certificação da História como disciplina científica, qual seja, o direito e o dever que o historiador possui de escolher os métodos próprios para a solução dos problemas que levanta no exercício de sua ciência. Essa perspectiva é confirmada em *An autobiography* ao analisar as descobertas arqueológicas de sua época:

Eu tinha aprendido por experiência própria que a história não se faz com tesoura e cola, mas está muito mais próxima da noção baconiana de ciência. O historiador tem de decidir exatamente o que quer saber, e se não houver uma autoridade para dizer-lhe, como de fato nunca existe (um ensinamento do tempo), ele tem de encontrar um sitio ou algo que tenha uma resposta escondida na mesma, e obter a resposta, por bem ou por mal. (Collingwood, 2002, p. 81).

Essa escolha implica também numa relação muito particular entre o historiador e o material que utiliza para a produção de sua narrativa histórica na medida em que o mesmo se torna responsável por aquilo que será inserido em seu texto. Essa condição é expressa desde o ato de seleção dos documentos utilizados por ele:

nenhum historiador, a não ser os maus, simplesmente reproduz as autoridades sem proceder a uma seleção. É o historiador que é responsável por aquilo que será inserido em sua história e não as autoridades. A autonomia do historiador é exemplificada pelo fato de que estas autoridades revelam certas fases em um processo histórico, mas podem não dar importância às fases intermediárias. O historiador deduz a partir da evidência as lacunas que as

autoridades deixam de empregar seus próprios princípios metodológicos e os critérios de relevância e conveniência. Isto é o que Collingwood chamaria de história construtiva, isto é, o ato de impor sobre declarações tomadas de autoridades, outras declarações que nós emprestamos a partir delas (Boucher, 1997, p. 314).

Essa condição existencial da história como disciplina científica está associada, também, em seu ato de crítica, quando as autoridades (do documento) são colocadas em xeque, interrogadas e, em alguns casos, desautorizadas. Para o autor, a história verdadeiramente científica transformaria tais autoridades em vestígios, indícios por meio dos quais o historiador questiona, não se eles estavam certos ou errados, mas sim o que eles significavam (Collingwood, 2005, p. 260-275). Sua tarefa seria, neste caso, re-construir o passado a partir das provas que o mesmo legou ao presente, de forma que o passado re-construído não será aquilo que realmente aconteceu, mas o resultado do trabalho crítico do historiador.

Essa última condição, enfim, implica a verdadeira “revolução copernicana” ocorrida no conhecimento histórico, com a constituição de um *corpus* organizado de conhecimentos – cristalizado somente no século XIX com os grandes mestres do ofício – que procede de maneira inferencial, do conhecido para o desconhecido, conforme vinha ocorrendo com as Ciências da Natureza, desde o século XVII. Fato esse indicador de que a distinção entre História e ciência seria uma questão temporal e não epistemológica – visto que esta última se tornou objeto de reflexão filosófica muito antes da História e “edificar esse tipo de dualismo é falsificar tanto a ciência quanto a história, mutilando cada uma delas em um elemento essencial para o conhecimento [...] e apresenta-las [a história ou as ciências da natureza] como formas ilegítimas de conhecimento” (Collingwood, 1924, p. 451) – e de que os princípios de certificação da história não seriam apenas externos à ela (métodos, “teorias”, “paradigmas” etc.), mas uma criação que trabalha por meio de analogias e ilações sobre os eventos estudados.

### Referências

- ANKERSMIT, F. R. Danto's philosophy of history in retrospective. In: DANTO, A. C. *Narration and knowledge*. EUA: Columbia University Press, 2007.
- ARNAU, P. Cuentos de hadas y magia: los manuscritos antropológicos de Collingwood. In.: *Thémata*, Revista de filosofia, nº 37, 2006.
- BELVEDRESI, R. Collingwood y el constructivismo histórico. In.: *Revista de filosofia* 3ª época. Vol. X. Espanha: Universidad Complutense de Madrid, 1997.
- BOUCHER, D. The significance of R. G. Collingwood's Principles of History. In.: *Journal of History of Ideas*, v.58, n.2 (apr. 1997). Pennsylvania, UE: University of Pennsylvania Press, p.309-330.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981.
- COLLINGWOOD, R. G. *An autobiography*. U.K.: Oxford University Press, 2002.
- COLLINGWOOD, R. G. *Idea de la naturaleza*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- COLLINGWOOD, R. G. *The idea of history - Revised edition, with lectures 1926-1928*. U.K: Oxford University Press, 2005.
- COLLINGWOOD, R. G. History and science are different kinds of knowledge? In: *Mind Review*. UK, 1924.
- COLLINGWOOD, R. G. *The principles of history*. U. K: Oxford University Press, 1999.
- DONAGAN, A. *The later philosophy of R. G. Collingwood*. U.K: Oxford Clarendon Press, 1962.
- DRAY, W. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1969.
- DRAY, W. H. The Idea of History. In.: *CLIO*. Vol. 24, nº1, 1994.
- DRAY, W. *History as re-enactment: R. G. Collingwood's Idea of History*. U. K.: Oxford Clarendon Paperbacks, 1999.

- DURVAL, M. A. A review of *Speculum Mentis* (1924). COLLINGWOOD, R. G. *Speculum Mentis, or, the map of knowledge. Times Literary Supplement*. Oxford: Clarendon Press. London: Milford. 30 oct. 1924.
- DURVAL, M. A. *Philosopher's life: review of An Autobiography by R. G. Collingwood*. Oxford University Press. London: Milford. 7s. 6d. *The Times*. 15 Aug 1939, p. 8.
- DUSSEN, J. V. *History as science: the philosophy of R. G. Collingwood*. In: *The Hague*. Nijhoff, 1981.
- DUSSEN, J. V. *Collingwood's 'lost' manuscript of the Principles of History*. In.: *History and Theory*, v.36, n.1, 1997.
- GALLIE, W. G. *Philosophy and the historical understanding*. EUA: Schocken Books, 1968.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2002, v.2.
- GARDINER, P. *La naturaleza de la explicación histórica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1961.
- KEMP, G. *The Croce-Collingwood theory as theory*. In.: *Journal of Aesthetics and Art Criticism*. Vol 61, nº2, 2003.
- MINK, L. *Mind, history and dialectic: the philosophy of R. G. Collingwood*. U.K.: Bloomington, 1969.
- RIDLEY, A. R. G. *Collingwood, uma filosofia da arte*. São Paulo: Unesp, 2001.
- ROLDÁN, C. R. G. *Collingwood y el cando del cisne de la filosofía de la historia*. In.: *Revista Isegoria*, v.4, 1991.
- ROLDÁN, C. *Entre Cassandra y Clío: una historia de la filosofía de la historia*. Espanha: Ediciones Akal, 1997.
- WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

## Notas

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFMG. Professor Adjunto de Teoria e Metodologia da História da UFG. E-mail: alencar\_arrais@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> A quarta parte de *Idea of History*, intitulada Epilogômenos, é, na verdade, a reunião de alguns manuscritos oriundos de conferências, artigos e textos que, à época da publicação, não poderia constituir, segundo o editor, uma obra separada. Daí a incoerências, sobreposições e descontinuidades entre os supostos capítulos, elaborados em momentos distintos da carreira de Collingwood e com objetivos diferentes, entre 1935 e 1939.

<sup>3</sup> Entre os artigos publicados em periódicos, Cf. por exemplo: Arnau, 2006; Belvedresi, 1997; Boucher, 1997; Kemp, 2003; Roldán, 1991; Dussen, 1997. O referido projeto está esboçado em *Speculum Mentis* (1924), ao distinguir cinco grandes formas de experiência: arte, religião, ciência, história e filosofia, todas elas com pretensões de verdade (Durval, 1924). E pode ser visualizado nos temas tratados em algumas de suas obras, como *Outlines of a Philosophy of Art* (1925), *An Essay on Philosophical Method* (1933), *The Principles of Art* (1938), *An Essay on Metaphysics* (1940) e *The Idea of Nature* (1945).

<sup>4</sup> Na verdade o termo já havia aparecido esporadicamente em outros momentos, como por exemplo em *Religion and Philosophy* (1916), em *Croce's Philosophy of History* (1921) e em *Oswald Spengler and the Theory of Historical Cycles* (1927), mesmo que ainda não plenamente desenvolvidas. Cf. Dray, 1999, p. 33.

<sup>5</sup> Como hipótese a ser investigada, essa preferência tem suas raízes, por um lado, na influência que Collingwood recebeu do contexto filosófico inglês das décadas de 1920 e 1930, especialmente de Wittgenstein e G. Ryle, e por outro lado, como é sabido, de Benedetto Croce.

<sup>6</sup> Na verdade, a tradução literal seria 'pensamento em sua mediação' (*thought in its mediation*), utilizado por Collingwood para descrever o processo de reconstituição do pensamento de Platão ao escrever o *Teeteto*. Cf. Collingwood, 2005, p. 301.

<sup>7</sup> Muito embora esboçada, a explicação de Collingwood para o conceito de imaginação histórica em muitos momentos apresenta dissonâncias com sua produção historiográfica, como no caso de sua contribuição à *Roman Britain and the English Settlements*, em que o autor "interpola causas, características, episódios construídos livremente, colocando lado a lado, fato e especulação e extensos vôos de imaginação" (Bagby, apud. Dray, 1999, 191-192).